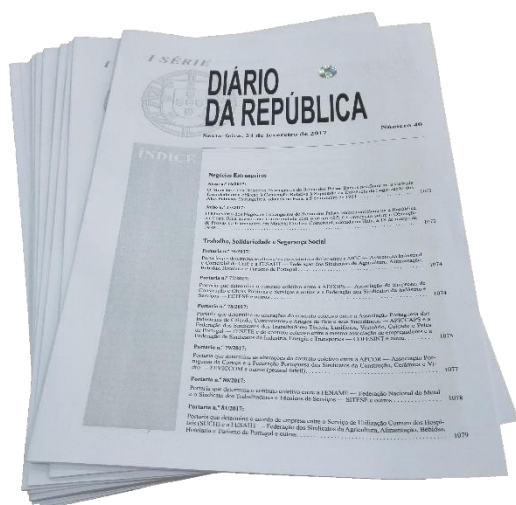


Digesto

NEWSLETTER N.º 1/2021

Período abrangido: 23 de dezembro de 2020 a 8 de janeiro de 2021



COVID-19

[Portaria n.º 302/2020, de 24 de dezembro](#)

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Altera (terceira alteração) a [Portaria n.º 82-C/2020, de 31 de março](#), que criou a medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde, um regime extraordinário de majoração das bolsas mensais do «Contrato emprego-inserção» (CEI) e do «Contrato emprego-inserção+» (CEI+), bem como um incentivo de emergência à substituição de trabalhadores ausentes ou temporariamente impedidos de trabalhar nos equipamentos sociais de saúde.

[Decreto Regulamentar Regional n.º 28-B/2020/A, de 24 de dezembro](#)

Região Autónoma dos Açores – Presidência do Governo

Regulamenta a execução da alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º do [Decreto n.º 11/2020, de 6 de dezembro](#), que regulamenta a aplicação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República.

[Decreto Regulamentar Regional n.º 28-C/2020/A, de 24 de dezembro](#)

Região Autónoma dos Açores – Presidência do Governo

Regulamenta a execução da alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º do [Decreto n.º 11/2020, de 6 de dezembro](#), que regulamenta a aplicação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República.

[Decreto Regulamentar Regional n.º 28-D/2020/A, de 24 de dezembro](#)

Região Autónoma dos Açores – Presidência do Governo

Regulamenta, na Região Autónoma dos Açores, a aplicação do [Decreto do Presidente da República n.º 66-A/2020, de 17 de dezembro](#), que renova o estado de emergência.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 114/2020, de 30 de dezembro](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova um conjunto de novas medidas destinadas às empresas e ao emprego no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

[Lei n.º 75-A/2020, de 30 de dezembro](#)

Assembleia da República

Altera o regime excecional para as situações de mora no pagamento da renda devida nos termos de contratos de arrendamento urbano habitacional e não habitacional, no âmbito da pandemia COVID-19, alterando a [Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março](#), e a [Lei n.º 4-C/2020, de 6 de abril](#).

[Decreto-Lei n.º 106-A/2020, de 30 de dezembro](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19.

[Portaria n.º 307/2020, de 30 de dezembro](#)

Finanças, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Saúde

Aprova um regime excecional e temporário de pagamento dos cuidados de saúde e de apoio social prestados nas unidades de internamento da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, decorrente dos ajustamentos organizacionais motivados pela pandemia de COVID-19.

[Decreto-Lei n.º 107/2020, de 31 de dezembro](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Altera as medidas excecionais de proteção dos créditos das famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social e demais entidades da economia social, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

[Lei n.º 75-D/2020, de 31 de dezembro](#)

Assembleia da República

Renova a imposição transitória da obrigatoriedade do uso de máscara em espaços públicos, prorrogando a vigência da [Lei n.º 62-A/2020, de 27 de outubro](#).

[Despacho n.º 12727-A/2020, de 31 de dezembro](#)

Defesa Nacional, Administração Interna, Saúde e Infraestruturas e Habitação - Gabinetes dos Ministros da Defesa Nacional e da Administração Interna, da Ministra da Saúde e do Ministro das Infraestruturas e da Habitação

Prorroga a proibição do desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais.

[Despacho n.º 12727-B/2020, de 31 de dezembro](#)

Negócios Estrangeiros, Defesa Nacional, Administração Interna, Saúde e Infraestruturas e Habitação - Gabinetes do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, dos Ministros da Defesa Nacional e da Administração Interna, da Ministra da Saúde e do Ministro das Infraestruturas e da Habitação

Prorroga as medidas aplicáveis ao tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal.

[Decreto do Presidente da República n.º 6-A/2021, de 6 de janeiro](#)

Presidência da República

Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública.

[Resolução da Assembleia da República n.º 1-A/2021, de 6 de janeiro](#)

Assembleia da República

Autorização da renovação do estado de emergência.

[Portaria n.º 9-A/2021, de 7 de janeiro](#)

Saúde

Procede a uma adaptação dos prazos procedimentais e de realização de provas no âmbito da época normal de avaliação final da formação médica especializada de 2021.

[Decreto n.º 2-A/2021, de 7 de janeiro](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Regulamenta a prorrogação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República.

[Portaria n.º 11/2021, de 8 de janeiro](#)

Mar

Altera (primeira alteração) o Regulamento do Regime de Compensação aos Aquicultores pela Suspensão ou Redução Temporárias da Produção e das Vendas em consequência do surto de COVID-19, aprovado pela [Portaria n.º 162-B/2020, de 30 de junho](#).

[Deliberação n.º 34-B/2021, de 8 de janeiro](#)

Infraestruturas e Habitação - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P.

Determina a instalação de separadores entre o espaço do condutor e o dos passageiros transportados no banco da retaguarda em táxis e no transporte individual e remunerado de passageiros para proteção dos riscos inerentes à transmissão da COVID-19.

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

[Portaria n.º 309-C/2020, de 31 de dezembro](#)

Administração Interna

Suspende o ciclo de serviço operacional dos bombeiros voluntários.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

[Decreto-Lei n.º 4/2021, de 8 de janeiro](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Estabelece o alargamento da ADSE aos titulares de contrato individual de trabalho que exerçam funções em entidades de natureza jurídica pública.

AGRICULTURA

[Decreto-Lei n.º 2/2021, de 7 de janeiro](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Altera as regras de rotulagem do mel.

AMBIENTE

[Portaria n.º 301/2020, de 24 de dezembro](#)

Administração Interna, Modernização do Estado e da Administração Pública, Ambiente e Ação Climática e Agricultura

Aprova a delimitação dos territórios vulneráveis com base nos critérios fixados no artigo 2.º do [Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho](#), que estabelece o regime jurídico da reconversão da paisagem.

[Decreto-Lei n.º 3/2021, de 7 de janeiro](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Prorroga o prazo de integração das regras dos planos especiais de ordenamento do território.

DESPORTO E JUVENTUDE

[Aviso n.º 1/2021, de 5 de janeiro](#)

Negócios Estrangeiros

Torna público o depósito dos instrumentos de ratificação da Convenção do Conselho da Europa sobre uma Abordagem Integrada da Segurança, da Proteção e dos Serviços por Ocasão dos Jogos de Futebol e Outras Manifestações Desportivas, aberta à assinatura em Saint-Denis, a 3 de julho de 2016.

ECONOMIA

[Portaria n.º 308-B/2020, de 30 de dezembro](#)

Finanças, Administração Interna e Infraestruturas e Habitação

Determina a manutenção do valor da taxa de segurança aplicável aos passageiros cujo voo de destino é o Reino Unido.

EDUCAÇÃO

[Portaria n.º 306/2020, de 29 de dezembro](#)

Educação

Aprova, em anexo a esta portaria e que dela faz parte integrante, a lista de substâncias e métodos proibidos a partir de 1 de janeiro de 2021.

ENERGIA

[Portaria n.º 308-C/2020, de 30 de dezembro](#)

Ambiente e Ação Climática

Alteração ao artigo 2.º da [Portaria n.º 244/2020, de 15 de outubro](#), que fixa a tarifa aplicável aos centros eletroprodutores que utilizam resíduos urbanos como fonte de produção de eletricidade em instalações de valorização energética, na vertente de

queima de resíduos sólidos urbanos indiferenciados provenientes de sistemas de gestão de resíduos urbanos.

[Portaria n.º 6/2021, de 6 de janeiro](#)

Ambiente e Ação Climática

Altera (primeira alteração) a [Portaria n.º 348/2017, de 14 de novembro](#), que estabelece o regime equiparado ao das tarifas transitórias ou reguladas de que podem beneficiar os clientes finais com contrato de fornecimento de eletricidade com um comercializador em regime de mercado.

ENSINO SUPERIOR

[Despacho n.º 15/2021, de 4 de janeiro](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral do Ensino Superior

Prorroga o prazo de matrícula e inscrição nas instituições de ensino superior dos candidatos colocados através dos regimes especiais, identificado nas referências 4 e 9 do calendário aprovado em anexo ao Despacho n.º 6844/2020, de 2 de julho de 2020.

ENTIDADES REGULADORAS

[Diretiva \(extrato\) n.º 16/2020, de 24 de dezembro](#)

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Aprova os perfis de consumo, de produção e de autoconsumo aplicáveis em 2021.

[Regulamento n.º 1129/2020, de 30 de dezembro](#)

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Aprova o Regulamento das Relações Comerciais dos Setores Elétrico e do Gás e revoga o Regulamento n.º 561/2014, de 22 de dezembro, e o Regulamento n.º 416/2016, de 29 de abril.

[Diretiva n.º 1/2021, de 8 de janeiro](#)

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Aprova as tarifas e preços para a energia elétrica e outros serviços em 2021.

FINANÇAS

[Portaria n.º 300/2020, de 24 de dezembro](#)

Finanças

Aprova a Declaração Modelo 10 - Rendimentos e retenções - Residentes, e respetivas instruções de preenchimento.

[Portaria n.º 303/2020, de 28 de dezembro](#)

Finanças

Regulamenta a apresentação do pedido de autorização prévia no procedimento de regularização previsto nos artigos 78.º-B e 78.º-C do Código do IVA e aprova os modelos e respetivas instruções.

[Portaria n.º 304/2020, de 29 de dezembro](#)

Finanças

Aprova a declaração modelo 58 para cumprimento da obrigação declarativa de comunicação à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) de determinados mecanismos internos ou transfronteiriços com relevância fiscal, conforme previsão da [Lei n.º 26/2020, de 21 de julho](#), e respetivas informações gerais e instruções de preenchimento.

[Despacho n.º 12622/2020, de 29 de dezembro](#)

Finanças - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais

Regulamenta o pedido de reembolso do pagamento especial por conta do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 29/2020, de 31 de julho, e altera a regulamentação da suspensão temporária do pagamento por conta do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, nos termos do artigo 2.º do mesmo diploma.

[Decreto-Lei n.º 109/2020, de 31 de dezembro](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Estabelece uma isenção de imposto do selo sobre as apólices de seguros de crédito à exportação, apólices de seguros caução e garantias bancárias na ordem externa.

[Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro](#)

Assembleia da República

Aprova o Orçamento do Estado para 2021.

[Lei n.º 75-C/2020, de 31 de dezembro](#)

Assembleia da República

Aprova a Lei das Grandes Opções para 2021-2023.

[Portaria n.º 309-A/2020, de 31 de dezembro](#)

Finanças

Altera a [Portaria n.º 150/2004, de 13 de fevereiro](#), que aprova a lista dos países, territórios e regiões com regimes de tributação privilegiada, claramente mais favoráveis.

[Portaria n.º 309-D/2020, de 31 de dezembro](#)

Finanças

Altera (terceira alteração) a [Portaria n.º 278/2012, de 14 de setembro](#), que regulamenta a implementação gradual do princípio da onerosidade, através da determinação dos termos em que é devida a contrapartida pelos serviços, organismos ou demais entidades utilizadoras de espaços públicos.

[Aviso n.º 21113/2020, de 31 de dezembro](#)

Finanças - Direção-Geral do Tesouro e Finanças

Estabelece a taxa de referência para o cálculo das bonificações (TRCB) a vigorar no 1.º semestre de 2021.

[Portaria n.º 7/2021, de 7 de janeiro](#)

Finanças

Fixa a percentagem a afetar ao Fundo de Estabilização Tributário.

[Portaria n.º 8/2021, de 7 de janeiro](#)

Finanças

Aprova os modelos de impressos destinados ao cumprimento da obrigação declarativa prevista no n.º 1 do artigo 57.º do Código do IRS e respetivas instruções de preenchimento.

INFRAESTRUTURAS

[Despacho n.º 12649/2020, de 30 de dezembro](#)

Infraestruturas e Habitação - Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas

Determina a flexibilização do procedimento dos veículos em fim de série, no âmbito da pandemia provocada pela doença COVID-19.

[Deliberação n.º 1292/2020, de 30 de dezembro](#)

Infraestruturas e Habitação - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P.

Estabelece os valores das tarifas das inspeções técnicas de veículos a vigorar para o ano de 2021.

[Portaria n.º 309-B/2020, de 31 de dezembro](#)

Finanças, Infraestruturas e Habitação e Coesão Territorial

Regulamenta as medidas de uniformização e atenuação de custos para os utilizadores de autoestradas.

[Portaria n.º 2/2021, de 4 de janeiro](#)

Finanças e Infraestruturas e Habitação

Define as coberturas, condições e capitais mínimos aplicáveis ao seguro de responsabilidade civil previsto no artigo 10.º do [Decreto-Lei n.º 58/2018, de 23 de julho](#), a celebrar pelos operadores de aeronaves civis não tripuladas («operadores de UAS» Unmanned Aircraft System).

[Deliberação n.º 34-A/2021, de 8 de janeiro](#)

Infraestruturas e Habitação - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P.

Aprova a disposição de um registo nacional de todos os trabalhadores que desempenham funções críticas para a segurança do sistema ferroviário.

JUSTIÇA

[Despacho n.º 12565/2020, de 24 de dezembro](#)

Justiça - Gabinete da Secretária de Estado da Justiça

Define os termos da declaração online de nascimento ocorrido em território estrangeiro, respeitante a filho de progenitor português, para efeitos de atribuição da nacionalidade.

[Portaria n.º 303-A/2020, de 28 de dezembro](#)

Justiça e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Fixa o valor do fator de correção do Indexante Contributivo previsto no artigo 79.º-A do Regulamento da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 119/2015, de 29 de junho](#), para o ano de 2021.

MAR

[Portaria n.º 308/2020, de 30 de dezembro](#)

Mar

Estabelece as regras para a gestão da quota disponível do biqueirão (*Engraulis encrasicolus*) na subzona 9 do Conselho Internacional de Exploração do Mar.

[Portaria n.º 10/2021, de 8 de janeiro](#)

Mar

Estabelece o regime aplicável às autorizações de pesca de espécies de profundidade, enumeradas no anexo I do [Regulamento \(UE\) 2016/2336, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2016](#).

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

[Portaria n.º 305/2020, de 29 de dezembro](#)

Justiça e Modernização do Estado e da Administração Pública

Altera (primeira alteração) a [Portaria n.º 73/2018, de 12 de março](#), que define os termos e as condições de utilização do Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP) para a certificação de atributos profissionais, empresariais e públicos através do Cartão de Cidadão e Chave Móvel Digital.

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

[Aviso n.º 5/2021, de 8 de janeiro](#)

Negócios Estrangeiros

Comunica a entrada em vigor do Acordo entre a República Portuguesa e a República do Quênia sobre Cooperação.

REGIÕES AUTÓNOMAS

AÇORES

[Despacho n.º 12607/2020, de 28 de dezembro](#)

Finanças - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais

Aprova as tabelas de retenção na fonte, para vigorarem durante o ano de 2021, para os titulares de rendimentos do trabalho dependente e de pensões, residentes na Região Autónoma dos Açores.

[Decreto Regulamentar Regional n.º 1-A/2021/A, de 7 de janeiro](#)

Região Autónoma dos Açores – Presidência do Governo

Regulamenta, na Região Autónoma dos Açores, a aplicação do [Decreto do Presidente da República n.º 6-A/2021, de 6 de janeiro](#), que renova o estado de emergência.

MADEIRA

[Decreto Legislativo Regional n.º 18/2020/M, de 31 de dezembro](#)

Região Autónoma da Madeira – Assembleia Legislativa

Aprova o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2021.

[Decreto Legislativo Regional n.º 1/2021/M, de 6 de janeiro](#)

Região Autónoma da Madeira – Assembleia Legislativa

Adapta à Região Autónoma da Madeira o [Decreto-Lei n.º 162/2019, de 25 de outubro](#), que aprova o regime jurídico aplicável ao autoconsumo de energia renovável.

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 1/2021/M, de 7 de janeiro

Região Autónoma da Madeira – Assembleia Legislativa

Procede à alteração ao Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado em anexo ao [Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro](#).

SAÚDE

Portaria n.º 4/2021, de 4 de janeiro

Saúde

Altera (segunda alteração) a [Portaria n.º 390/2019, de 29 de outubro](#), que procede à quarta alteração à [Portaria n.º 224/2015, de 27 de julho](#), que estabelece o regime jurídico a que obedecem as regras de prescrição e dispensa de medicamentos e produtos de saúde e define as obrigações de informação a prestar aos utentes.

Despacho n.º 133/2021, de 6 de janeiro

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Saúde - Gabinetes da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e do Secretário de Estado da Saúde

Aprova o modelo de declaração provisória de isolamento profilático e define a duração da sua disponibilização online.

TRABALHO

Despacho n.º 12655-A/2020, de 30 de dezembro

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, do Trabalho e da Formação Profissional

Determina que os planos de formação previstos na alínea a) do n.º 5 do artigo 4.º e no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 46-A/2020, de 30 de julho, na sua redação atual, que se encontrem em execução a 31 de dezembro de 2020, podem ser concluídos após essa data.

Decreto-Lei n.º 109-A/2020, de 31 de dezembro

Presidência do Conselho de Ministros

Fixa o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2021.

Decreto-Lei n.º 1/2021, de 6 de janeiro

Presidência do Conselho de Ministros

Transpõe a [Diretiva \(UE\) 2019/1831](#), que estabelece uma quinta lista de valores-limite de exposição profissional indicativos para os agentes químicos.

[Portaria n.º 5/2021, de 6 de janeiro](#)

Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Procede à atualização do valor de referência anual da componente base da prestação social para a inclusão e do limite máximo anual de acumulação da componente base com rendimentos de trabalho.

TRIBUNAIS

[Acórdão \(extrato\) n.º 595/2020, de 24 de dezembro](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a norma contida no artigo 12.º, n.º 3, da Lei n.º 5/2002, de 11 de janeiro, em conjugação com os artigos 113.º, n.º 10, e 119.º, alínea c), do Código de Processo Penal, na interpretação segundo a qual, realizada pelo tribunal a notificação para o pagamento voluntário previsto no referido preceito decorridos mais de 10 dias após a data do trânsito em julgado do acórdão condenatório, tal notificação não tem de ser realizada na pessoa do arguido, bastando que o seja na pessoa do advogado que o representa.

[Acórdão \(extrato\) n.º 516/2020, de 31 de dezembro](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a norma extraída da alínea c) do n.º 2 do artigo 90.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, quando interpretada no sentido de afastar a dedução relativa a benefícios fiscais da coleta apurada em sede de tributações autónomas.

[Resolução n.º 4/2020, de 5 de janeiro](#)

Tribunal de Contas

Altera (segunda alteração) a Resolução n.º 1/2020, do plenário da 1.ª Secção, utilização de meios eletrónicos nos processos de fiscalização prévia.

[Acórdão \(extrato\) n.º 603/2020, de 6 de janeiro](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a norma do artigo 91.º, n.º 1, alínea b), do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), na redação dada pela Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro, segundo a qual a derrama municipal, à semelhança da derrama estadual, integra o cálculo da «fração do IRC», aí prevista, para efeitos de eliminação da dupla tributação internacional, independentemente de os rendimentos

serem obtidos em países com os quais Portugal tenha celebrado uma convenção para eliminar a dupla tributação.^[1]^[SÉP]

[Acórdão \(extrato\) n.º 687/2020, de 6 de janeiro](#)

Tribunal Constitucional

Julga inconstitucional a norma contida no n.º 6 da Resolução do Conselho do Governo n.º 207/2020, de 31 de julho de 2020, emanada do Governo Regional da Região Autónoma dos Açores, que cria um procedimento de validação judicial da quarentena obrigatória ou isolamento profilático decretados pela autoridade regional de saúde relativamente a passageiros que desembarquem nos aeroportos nas ilhas de Santa Maria, São Miguel, Terceira, Pico e Faial, provenientes de aeroportos localizados em zonas consideradas pela Organização Mundial de Saúde como sendo zonas de transmissão comunitária ativa ou com cadeias de transmissão ativas do vírus SARS-CoV-2.^[1]^[SÉP]

[Acórdão \(extrato\) n.º 686/2020, de 6 de janeiro](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional o artigo 437.º, n.º 5, do Código de Processo Penal, interpretado no sentido de que, no âmbito do incidente de quebra do segredo profissional, a entidade sujeita a segredo profissional (requerida) não tem legitimidade para interpor recurso extraordinário para fixação de jurisprudência relativamente à questão da recorribilidade da decisão do tribunal superior proferida em incidente de quebra do segredo profissional.^[1]^[SÉP]

[Acórdão \(extrato\) n.º 685/2020, de 6 de janeiro](#)

Tribunal Constitucional

Julga inconstitucional a norma constante dos n.os 3 e 4 do artigo 412.º do Código de Processo Penal segundo a qual a falta de indicação, nas conclusões da motivação do recurso em que o arguido impugne a decisão sobre a matéria de facto, das menções contidas nas alíneas a), b) e c) daquele n.º 3, pela forma prevista no referido n.º 4, tem como efeito o não conhecimento da impugnação daquela matéria e a improcedência do recurso nessa parte, sem que ao recorrente seja dada a oportunidade de suprir tal deficiência.

**Avalie a nossa Newsletter e dê-nos a sua sugestão
através do e-mail:**

digesto@jurisapp.gov.pt

 ***Digesto***